



> ENTREVISTA

Nilcéa Freire,

**Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres,
da Presidência da República**

Por Andréa Mota

“O exercício da tolerância é o alicerce para a construção de uma nação mais justa e solidária. Por isso, é preciso, a partir da escola, tratar a igualdade de oportunidade entre homens e mulheres e o respeito à raça, à etnia e à orientação sexual.”

Nilcéa Freire vem desenvolvendo um importante trabalho à frente da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Uma de suas principais ações tem sido defender políticas que interfiram e possam mudar o cotidiano das mulheres do País. Em sua gestão, foi lançado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que traduz em políticas públicas reivindicações históricas das mulheres, atendendo às suas principais necessidades e anseios.

Nilcéa é formada pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Após sua graduação, em 1978, Nilcéa continuou presente na vida acadêmica daquela instituição de ensino superior.

Dois anos depois, ela passou a ser professora e a ocupar diferentes postos de representação política docente, quando foi eleita reitora da UERJ, em 1999, ficando até 2003. Nilcéa foi a primeira mulher a assumir um cargo como esse em universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, atuando, inclusive, na implantação do sistema de cotas para alunos afro-descendentes nas escolas públicas cariocas e fluminenses.

Hoje, aos 52 anos de idade, seu currículo profissional é invejável, retratando uma trajetória que ultrapassa as fronteiras acadêmicas. Em 23 de janeiro de 2004, Nilcéa assumiu, a convite do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, o cargo de Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, com *status* de ministra. Seu maior desafio está em concretizar as ações do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, que visa, entre outras atividades, a implementação da notificação compulsória na rede pública de saúde em casos de violência contra a mulher; o reaparelhamento das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs); e a ampliação em 30% dos serviços de atenção à saúde feminina em situação de violência.

Conheça, nas páginas seguintes, um pouco mais sobre a vida pública da Ministra Nilcéa Freire.

Idelfon Calasancio



● **RBC – Qual é o principal desafio de sua gestão à frente da Secretaria?**

Nilcéa – Temos muitos desafios pela frente. Um dos mais importantes é colocar em prática as ações previstas no Plano Nacional de Políticas para Mulheres, lançado em dezembro passado. Para isso, estamos assinando acordos de implementação de ações do Plano com os governos estaduais e municipais. Mais de 60 municípios de dez estados já assinaram o termo de compromisso.

RBC – O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres reúne 199 ações a serem desenvolvidas pelo

Governo até 2007 e tem um capítulo dedicado à autonomia e à igualdade da mulher no mercado de trabalho. O que já foi concretizado desse plano?

Nilcéa – Um exemplo de metas concretizadas do Plano para a autonomia da mulher foi o lançamento do Programa Pró-Eqüidade de Gênero, no dia 22 de setembro, que busca a adesão de empresas na gestão de práticas que promovam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. A empresa que participar do Programa, ao final de um ano, receberá da Secretaria o Selo Pró-Eqüidade.

Inicialmente, o Programa está voltado apenas para as empresas públicas. Afinal, precisamos, primeiramente, fazer o dever dentro de casa. Depois, será aberto a empresas ou instituições do setor privado.

RBC – Como garantir a participação feminina nas políticas públicas?

Nilcéa – O cumprimento do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, que é uma reivindicação histórica dos movimentos feministas e de mulheres, é o primeiro passo. É preciso garantir às mulheres o cumprimento de políticas que garantam a sua participação no mundo do trabalho, na vida política, enfim, em todas as áreas, em igualdade com os homens. A taxa atual de participação das mulheres no mercado de trabalho nacional, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), realizada em 2003, por exemplo, é de 50%. Mesmo crescendo, significativamente, nas últimas três décadas, a taxa de participação feminina fica a mais de 20 pontos percentuais abaixo da taxa masculina (73%). É preciso reverter esse quadro. No entanto, temos dados positivos, como é o caso da situação educacional no Brasil, que houve uma sensível melhora nos últimos anos, beneficiando as mulheres. A taxa de analfabetismo caiu de 20,28%, em 1991, para 13,50%, em 2000, entre aquelas com mais de 15

anos de idade. Entretanto, é preciso avançar ainda mais nessa questão. No dia 16 de setembro, lançamos, em Brasília, o programa "Mulher e Ciência", que visa estimular a produção científica sobre as relações de gênero e raça no Brasil e promover a participação das mulheres nas áreas das ciências e carreiras acadêmicas, onde há forte hegemonia masculina. Só com a prática democrática cotidiana e com o apoio da parcela feminina da sociedade é que podemos construir um País melhor.

RBC – Qual é o papel da mulher na sociedade atual? Ainda há o que se conquistar?

Nilcéa – Infelizmente, a mulher ainda é vítima de processos históricos que valorizam as desigualdades. Elas continuam sendo vítimas da violência dentro do seu próprio lar; ganham salários menores que os dos

homens para a mesma função e grau de escolaridade; têm baixa representação na vida política e administrativa do País; são discriminadas no seu cotidiano e hoje já são quase 1/3 chefes de família. Por tudo isso, ainda temos muitas conquistas pela frente.

RBC – A participação das mulheres em cargos de alto escalão nas iniciativas privada e pública, assim como em cargos políticos, ainda é tímida? Em caso positivo, quais as causas atribuídas?

Nilcéa – A participação das mulheres nas esferas mais altas das estruturas organizacionais e na política é ainda pequena. Infelizmente, no Brasil, como em outros países, ainda existe uma cultura em que as relações de poder são atribuídas ao sexo masculino, mas temos conseguido superar algumas barreiras. Quem poderia imaginar que uma mulher chegaria ao comando da Casa Civil da Presidência da República, por exemplo?



“É preciso garantir às mulheres o cumprimento de políticas que garantam a sua participação no mundo do trabalho, na vida política, enfim, em todas as áreas, em igualdade com os homens.”

Iderlon Calasancio

Em um ambiente com mais de dez mulheres, pelo menos, uma é contabilista e está contribuindo com a implementação de políticas públicas, interagindo com as prefeituras e colaborando na conquista de melhor qualidade de vida para todas e todos.



RBC – O atual Governo é, predominantemente, constituído de homens. Como seria, na sua visão, se o País tivesse como presidente uma mulher?

Nilcéa – Mesmo tendo a maioria de homens nos ministérios, hoje somos quatro ministras. Mesmo que nós sejamos poucas ainda no primeiro escalão, esse número é um avanço e quanto mais ocuparmos cargos de poder, mais rapidamente chegaremos à presidência do País.

RBC – No V Encontro Nacional da Mulher Contabilista (V ENMC), realizado este ano, em Aracaju (SE), a senhora pôde observar a organização das mulheres contabilistas, que tiveram como objetivo discutir os entraves na profissão. O diálogo e a transparência continuam sendo as melhores formas de se promover mudanças?

Nilcéa – Na fala que fiz no Plenário do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no dia 28 de julho, disse que durante o V ENMC pude verificar a capilaridade das mulheres desse País. Em um ambiente com mais de dez mulheres, pelo menos, uma é contabilista e está contribuindo com a implementação

de políticas públicas, interagindo com as prefeituras e colaborando na conquista de melhor qualidade de vida para todas e todos.

RBC – Qual o principal problema que o País enfrenta na área de violência?

Nilcéa – Acredito que a violência doméstica contra as mulheres seja uma das principais formas de violência no País. Ela é o retrato de uma triste realidade brasileira, que invade lares e corrói as relações familiares. A violência contra as mulheres acontece, independentemente, de idade, sexo, raça, etnia, classe social, religião, grau de instrução e orientação sexual das mulheres.

Uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo de 2001, realizada com mulheres de 15 anos de idade ou mais, mostra um cenário assustador. O levantamento cita que cerca de uma em cada cinco brasileiras (19%) declarou, espontaneamente, ter sofrido algum tipo de violência por parte de algum homem, sendo que 16% relataram casos de violência física, 2% violência psíquica e 1% assédio sexual. As taxas de espancamento

são ainda mais alarmantes. A projeção para o universo investigado (61,5 milhões de mulheres) indica que, pelo menos, 6,8 milhões, entre as brasileiras vivas, já foram espancadas ao menos uma vez, sendo uma a cada 15 segundos. O ciúme, o alcoolismo ou o estar alcoolizado no ato da agressão são os principais motivos. Menos citadas na pesquisa estão causas como o desemprego (37%) e os problemas com dinheiro (31%).

RBC – Existem questões, como o aborto e as suas punições, que ainda dividem a opinião pública. O que a senhora pensa sobre o assunto?

Nilcéa – A discussão do aborto é um tema complexo e polêmico, que contém muitos aspectos subjetivos em sua abordagem e envolve várias concepções, inclusive religiosas. No entanto, não dá para desconsiderar que o aborto inseguro no Brasil é a quarta causa de morte materna. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), anualmente, acontecem, no País, 1,4 milhão abortamentos.

Por ser considerado um grave problema de saúde pública, a criação de uma comissão para revisar a legislação punitiva do aborto foi uma das deliberações da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM), promovida em julho de 2004. Essa Conferência envolveu em todo o seu processo de realização a participação de mais de 120 mil mulheres e somente o estado de Minas Gerais não aprovou resoluções com esse conteúdo.

Pelo fato de ter sido uma das propostas da Conferência, a criação da comissão faz parte das ações do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. A iniciativa também cumpre determinação de acordos e tratados internacionais assinados pelo Governo brasileiro de rever as leis que prevêem medidas punitivas contra as mulheres que tenham se submetido a abortos ilegais. Instituímos essa comissão com representantes do

Governo, do Poder Legislativo e da sociedade civil, em abril passado, e os trabalhos foram concluídos no mês de agosto.

RBC – A pobreza e a violência atingem, em sua maioria, as mulheres. Quais mudanças na legislação brasileira beneficiariam o público feminino no que tange à garantia de sua cidadania e de sua inclusão social?

Nilcéa – Uma delas será a aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 4.559/04, do Executivo Federal, que cria mecanismos de combate e prevenção à violência doméstica familiar contra a mulher. O projeto foi encaminhado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 25 de novembro passado, Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher. Depois da realização de audiências públicas, a proposta foi transformada em substitutivo pela relatora, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ). O PL já foi aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família e estamos na expectativa de que ele seja sancionado no dia 25 de novembro deste ano. ●



Iderlon Calasancio